

O jornalismo em sua dimensão relacional Compreensões a partir da escritura

ANA CLÁUDIA PERES

*Fundação Oswaldo Cruz
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil*

FERNANDO RESENDE

*Universidade Federal Fluminense
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil*

REGES SCHWAAB

*Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil*

ID 2942

Recebido em

30/10/2023

Aceito em

21/03/2024

Este artigo reflete sobre o jornalismo enquanto prática histórico-cultural, cuja compreensão deve considerar questões geopolíticas e culturais que tanto o atravessam como são por ele atravessadas. Esse movimento permite indagar acerca dos valores que movem o jornalismo contemporâneo. Nossa hipótese é a de que há, hoje, modos de fazer jornalismo que nos ajudam a ressignificá-lo à luz de um paradigma relacional. Ao analisar um conjunto de narrativas que acionam múltiplos protagonistas e territorialidades, propomos considerar narrativa e pauta como instâncias especulativas; instrumentos que, usados a favor da complexidade dos fatos, tornam possível o jornalismo que buscamos reconhecer.

Palavras-chave: Jornalismo. Prática histórico-cultural. Narrativa. Pauta. Alteridade.

Journalism in its Relational Dimension: Understandings from Writing

This article reflects on journalism as a historical-cultural practice, whose understanding must consider geopolitical and cultural issues, which both cross it and are crossed by it. This movement allows us to investigate about which values move contemporary journalism. Our hypothesis is that there are, today, ways of doing journalism that help us to think new meaning this practice in under a relational paradigm. When analyzing a set of narratives that trigger multiple protagonists and territorialities, we propose considering narrative and journalistic agenda as speculative instances; instruments that, used in favor of the complexity of facts, make possible the journalism we seek to recognize.

Keywords: Journalism. Historical-cultural practice. Narrative. Journalistic agenda. Otherness.

El periodismo en su dimensión relacional: comprensiones a partir de la escritura

Este artículo reflexiona sobre el periodismo como una práctica histórico-cultural, cuya comprensión debe considerar cuestiones geopolíticas y culturales, que lo atraviesan y son atravesadas por él. Este movimiento nos permite indagar sobre los valores que impulsan el periodismo contemporáneo. Nuestra hipótesis es que existen, hoy en día, formas de hacer periodismo que nos ayudan a darle un nuevo significado a la luz de un paradigma relacional. Al analizar un conjunto de narrativas que activan múltiples protagonistas y territorialidades, proponemos considerar narrativa y agenda periodística como instancias especulativas; instrumentos que, utilizados a favor de la complejidad de los hechos, hacen posible el periodismo que buscamos reconocer.

Palabras clave: Periodismo. Práctica histórico-cultural. Narrativa. Agenda periodística. Alteridad.

Ana Cláudia **PERES**

Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Jornalista do Programa Radis de Comunicação e Saúde (Fiocruz).

Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: anaclaudia.peres@gmail.com

ORCID



Fernando **RESENDE**

Doutor em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Paulo (USP). Professor do curso de Estudos de Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do Departamento de Mídia e Estudos Culturais da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM-UFF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: fernandoaresende1501@gmail.com

ORCID



Reges **SCHWAAB**

Doutor em Comunicação e Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Departamento de Ciências da Comunicação (Campus Frederico Westphalen) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (POSCOM-UFSM).

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

E-mail: reges.ts@gmail.com

ORCID



Introdução

Atuar no terreno das definições da prática jornalística e das interconexões que conformam seus modos de ser e de narrar significa, na perspectiva de uma pluralidade de mundos, considerar que há distintas formas de habitar esse lugar. Talvez por esta razão possamos entender os vários nomes que ao jornalismo têm sido dados (por exemplo: alternativo, independente, literário, de imersão, de subjetividade) menos como designação e muito mais como provocação. Supomos serem essas as formas que temos encontrado para compreender uma prática que, a partir da história e da cultura, se mostra plural, em particular naquilo que é a sua escritura. Assim, nesta reflexão, lançamos uma pergunta: os vários nomes que acionamos não trariam em si um signo de atenção a outros valores do jornalismo, especialmente se reconhecemos a complexidade do seu campo de tarefas?

Com esta indagação em mente, a principal hipótese que articulamos é a de que há já um conjunto de narrativas e de modos de fazer jornalismo que nos ajudam a ressignificar tal prática, compreendendo-a de forma mais ampla do que a chamada de “hegemônica”. Partimos da premissa de que vivemos hoje um quadro histórico-cultural que traz a questão da alteridade – portanto, das diferenças – como problema central (Resende, 2012). Por essa leitura, entendemos que já existe um jornalismo de paradigma relacional em curso, e é a partir dele que pensamos essa prática. Nesse sentido, sem desconsiderar a importância política de atribuir nomes, caberia ir além, levando em conta o que vemos nas próprias narrativas?

No horizonte mais amplo da presente reflexão está o entendimento de que jornalismo é comunicação, o que nos parece salutar para pensarmos seu lugar de fricção sobre o cotidiano, o humano e o tempo. Como afirma Marcos (2007), a comunicação humana nunca deixará de ser um fato tensional. Perceber essa *condição da relação* como possibilidade do humano, defende a autora, é o real caminho para adentrar no fenômeno comunicacional (Marcos, 2007, p. 32). E estar em comunicação, argumenta França (2010, p. 46), estabelece sempre um contexto distinto: “[...] a situação de interação e a consciência da percepção do outro cria um novo coletivo – na relação com o outro, já não se trata de um e de outro, mas dos dois tomados em conjunto”. Habitar esse lugar e deixar-se guiar pelo gesto do reconhecimento permitiria, pela linguagem, acolher e dar morada ao Outro. Assim, o jornalismo, como fruto do pensamento, da imaginação, da sensibilidade, deve ser complexificado na propulsão dos circuitos, dos contatos, dos cruzamentos e das sobreposições de distintos movimentos tensionais. Sublinhar a sua dimensão relacional significa trabalhar a partir de uma lógica semente de toda atividade cognitiva, aceitando-a, também, como marca vital da comunicação.

Deste modo, nos parece central o movimento de cotejar questões caras ao jornalismo à luz da linguagem. Neste artigo, de tom reflexivo e caráter ensaístico, assumimos o desafio de pensar em como se haver com a dimensão relacional, sendo o jornalismo uma prática que, além de ter a escritura como objeto, traz como propósito central narrar os fatos do cotidiano e os acontecimentos de um tempo em processo. Na propulsão desses apontamentos, na última sessão recorreremos a um conjunto de narrativas que se apresentam como objetos empíricos exemplares. Uma reportagem publicada na revista *piauí*, outra na *Agência Pública*, uma coluna veiculada pelo portal *Uol* e a experiência da plataforma *Sumáuma* nos auxiliam com a problematização dos valores do jornalismo no contemporâneo.¹

01 Como opção metodológica, os textos foram selecionados menos pelo lugar que ocupam em determinados veículos ou plataformas e mais pela tensão que provocam, por meio da narrativa, nos modos de ser/fazer jornalismo. Cabe aqui reconhecer que, apesar de não serem objeto primeiro de nossa discussão, em uma cena contemporânea plataformizada (ver, por exemplo, D’Andrea [2017; 2020] e Van Dijck, Poell e De Wall [2018]), a tecnologia e os dispositivos sociotécnicos afetam também nossos modos de narrar e desempenham papel relevante para o desenvolvimento de um jornalismo de paradigma relacional.

Jornalismo como prática histórico-cultural

Olhar para o jornalismo como uma prática da qual processos de negociação e de produção de sentidos são constitutivos nos ajuda a reconhecer como está nele imbricado um sistema de produção de diferenças, um determinado jogo de forças que implica, necessariamente, que se dedique atenção às falas e aos papéis dos sujeitos nele envolvidos. Trata-se de uma prática que passa por alterações ao longo do tempo – daí sua dimensão histórica –, tendo em vista tanto os recursos tecnológicos a partir dos quais ele se faz existir como as relações mais (ou menos) próximas que ele estabelece com outras disciplinas em tempos distintos.

Sob a mesma perspectiva, é importante notar ser esta uma prática que deve levar em conta diferentes demandas das sociedades nas quais ela se insere, o que dá contorno à sua dimensão cultural. E é também enquanto prática atravessada pela cultura que podemos observar tanto a proeminência, em tempos distintos, de determinados modos de fazer jornalismo, como a coexistência, em particular hoje, de diversas formas narrativas nas quais imperativos caros ao campo, como a objetividade e a imparcialidade, são mais (ou menos) relevantes. Em linhas gerais, sugerimos entender que se trata de uma prática histórico-cultural tomada por interesses e jogos de poder, desejos e intenções que trazem à tona dinâmicas próprias de todo processo enunciativo.

Assim, ao pensarmos essa prática pela via da narrativa, inevitavelmente nos deparamos com questões relativas à cultura e aos sujeitos implicados no narrar. A cultura é signo de relação, do que nasce do contato a partir de constantes conflitos; de um encontro sempre moldado por um jogo de forças e de relações de poder (Bhabha, 1998; Appadurai, 2003). É Ricoeur (1994, p. 92) quem nos ensina que a narrativa é um jogo de formas simbólicas: nela, instalam-se “processos culturais que articulam a experiência inteira”, e é na sua dimensão simbólica que a narrativa é tomada por relações sociais advindas do mundo em que vivemos. Toda narrativa é, assim, marcada pela cultura e pelo poder, ou seja, pelos lugares do mundo vivido.

Nesse sentido, não há narrativa fora do que Appadurai (2003) concebe como “cultural”, ou seja, fora do que se constitui na fronteira das diferenças. O que isto traz como consequência é a possibilidade de reconhecermos que, também no nível da narração, podemos notar processos de negociação e jogos de poder que, inevitavelmente, ativam a inscrição e/ou exclusão dos vários sujeitos que protagonizam a história narrada. A narrativa, como podemos ler em Todorov (2009, p. 86), “está necessariamente inserida num diálogo do qual os homens não são apenas o objeto, mas também os protagonistas”. Sendo assim, é na esteira dos processos de interpelação – nos quais um Eu e um Outro coexistem – que se origina a paisagem a ser partilhada na narrativa jornalística.

Compreender o jornalismo por essa perspectiva pressupõe pensá-lo como uma prática que não apaga o Outro em seus distintos modos de vida e maneiras de enunciar. Em outras palavras, implica concebê-lo pela ação que reconhece os vários protagonismos a partir de um processo dialógico (Bakhtin, 1997). Se é fato que, de modo mais proeminente, desde o final do século XX vivenciamos um quadro histórico-cultural no qual a relação com as diferenças, nos níveis da representatividade e das representações, se torna preponderante (Resende, 2012), entender o jornalismo a partir de um paradigma relacional é tarefa central. Diante das urgências dos sujeitos do nosso tempo, rever esta prática demanda um movimento compreensivo aberto, afetado pelas múltiplas existências e pelas várias formas de narrá-las.

Ao centralizar a narrativa como eixo de debate, tendo em vista tal paradigma, consideramos que valores basilares do jornalismo – atender ao interesse público e contribuir para o avanço do processo democrático – se ressignificam a partir das emergências que nosso tempo apresenta. Quando diferentes mundos convocam distintos narradores, o compromisso jornalístico de mediação requer a consistente assimilação da alteridade como premissa, bem como o enfrentamento do gesto de reconhecimento como fundação.

Enquanto prática histórico-cultural, o jornalismo existe a partir da experiência relacional, sustentando um intervalo especulativo a partir do qual, em sentido hermenêutico ricoeuriano² ele efetivamente atua com e a partir do gesto narrativo, enfrentando assim a tarefa de uma escritura com o Outro.

A enunciação jornalística não se dá despida dos processos históricos e simbólicos, nem apartada das condições de tempo e espaço em que toma forma. O fio a partir do qual ela se enlaça é o de um tempo em curso, no qual os acontecimentos narrados estão inevitavelmente atrelados a experiências passadas e a projeções futuras, quando o humano se confunde com a experiência de mundo como decorrência do relacional aí intrínseco. O que emerge é uma dimensão temporal expandida, que é constitutiva do fazer jornalístico. Em outras palavras, se o gesto que cabe a esta prática é o de colocar em cena os protagonismos do presente, talvez não tenhamos outra alternativa senão lidar com as palavras de mundos outros, mesmo que essa possibilidade seja marcada pela tensão do encontro. É no intervalo dinâmico da realidade tensa que se abre a chance de recriar o mundo pelo diálogo. O intuito de narrar o cotidiano não abstém o jornalismo de haver-se com tais problemas. Ao contrário, é exatamente por ter o presente como o tempo primordial, ou como eixo a partir do qual articula seu processo enunciativo, que, para esta prática, as questões que aqui aventamos se tornam centrais.

Pauta e narrativa

É por este percurso complexo que o jornalismo, uma vez pensado como prática cultural, se vê tomado pela problemática da diferença. O fio que o tece, podemos dizer, é a cultura como lugar de embate, como aquilo que se constitui na luta contra a uniformidade (Appadurai, 2003). E, desse modo, enquanto uma atividade de linguagem cujo propósito é narrar as histórias que vivemos, a sua função é eminentemente social, cultural e política. A esta prática cumpre entrelaçar e complexificar desejos e interesses – dar a ver os “jogos de poder” – de que se constituem os acontecimentos que marcam as experiências no tempo em curso. Assim, um dos desafios para o jornalismo pensado como instância de enunciação é zelar para efetivamente contribuir para a compreensão social e política das dinâmicas de poder que se inscrevem no mundo de hoje.

Nesse sentido, sugerimos, o jornalismo não é uma atividade pedagógica cujo princípio seria “esclarecer os fatos”, mas uma ação que deve interpelar o cotidiano, criando fricções e trazendo à tona, antes de tudo, os jogos de poder que se inscrevem nas sociedades a partir das quais ela se faz existir. As possíveis consequências e resultados que advêm dos fatos narrados não são, com isso, excluídos do seu escopo, mas fazem parte do processo de enunciação. A observação de Medina (2014, p. 47) a seguir é fundamental para o que propomos.

A narrativa da contemporaneidade se assina na escritura; não importa qual o código, ela pode se afirmar como polifônica e polissêmica, dialógica e dinâmica, interrogativa e inquieta. [...] A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos.

02 A hermenêutica, para Paul Ricoeur (2002), ultrapassa a ideia do gesto de leitura como simples operação explicativa. Tomamos sua noção para pensar que o gesto enunciativo, no jornalismo, é também devedor de um processo de leitura do mundo que se constitui de um jogo (de poder) que envolve diferentes atores. Nesse sentido, do ponto de vista da narrativa, temos que nos haver tanto com o fato de que não há relato jornalístico neutro quanto com o de é possível tratar a leitura do mundo que ele produz como objeto independente das muitas forças que nele atuam.

Assim, os apontamentos feitos até aqui nos levam a olhar mais detidamente para dois vértices de um mesmo processo, quando indagamos o jornalismo enquanto prática histórico-cultural: a pauta e a narrativa – considerando ambas como instâncias complementares e entendendo a primeira não apenas como ponto de partida numa rotina de produção de uma redação, ou a segunda como o desfecho em forma de um texto final. Em outras palavras, se problematizadas para além de uma perspectiva instrumental e tecnicista, e tendo em vista o tempo expandido que um jornalismo de paradigma relacional pressupõe, pauta e narrativa podem oferecer pistas para investigar um campo em transformação diante de novos arranjos no contemporâneo.

Mesmo enquanto método de organização ou roteiro para orientar o trabalho do repórter e o gerenciamento de equipes, como sugerido pelos manuais, uma pauta nunca é ingênua, e sua gênese é muito mais intrincada do que se imagina à primeira vista, como já diagnosticou Medina (2008). A pauta define ângulos, opera recortes, aborda novos matizes para velhos problemas, indica uma ou várias nuances a serem valorizadas durante a apuração e põe em dúvida aspectos da realidade a serem respondidos (Pereira Jr., 2010).

Moraes (2022) reflete que a pauta – considerada a “coluna vertebral” da notícia – é local privilegiado para complexificar a produção jornalística. Pode tanto servir para cristalizar violências como, numa dimensão mais adequada aos propósitos deste artigo, combater injustiças e estereótipos cometidos em nome de uma pretensa neutralidade. Por essa perspectiva, a pauta é chancelada por uma prática reflexiva que se posiciona e deve ser acessada como um poderoso instrumento de subversão aos enquadramentos do campo, a fim de desnaturalizar discursos e superar um jornalismo que desumaniza. Portanto, se toda pauta é uma arma, Moraes (2022) sugere, quando tratada reflexivamente ela se transforma em uma arma de combate.³

Nesse jornalismo que se pretende mais dialógico e, como vimos esmiuçando aqui, tributário de um paradigma relacional, é possível vislumbrar, tomando emprestadas as contribuições de Moraes (2022, p. 198), “uma possibilidade de restauração de humanidades que historicamente arranhamos, desconsideramos ou assassinamos enquanto imprensa”. Isso é um passo além no sentido de superar um jornalismo que desumaniza em favor de um outro, um jornalismo que não se exime de tomar partido. Para a autora, “se há um propósito em desarticular esse jornalismo que mais fere do que restaura, é preciso firmar um pacto consigo e com o outro e entender que a pauta, essa moldura que resulta na representação a ser realizada, tem o poder de regenerar identidades” (Moraes, 2022, p. 202).

Dito isso, vale perscrutar a outra ponta desse processo, extrapolando um viés reducionista ou mesmo pragmático. Considerar a narrativa também como um lugar de relação e de produção de conhecimento significa interrogá-la em suas instâncias enunciativas, dizer que há algo no modo como contamos as histórias que não se resume a uma perspectiva conteudística. Narramos para dar sentido ao mundo e como uma forma de articular o tempo à experiência e à linguagem, conforme aponta Ricoeur (1994).

Para o filósofo francês, a narrativa recria mundos, num movimento mimético circular entre os mundos “prefigurado” (mímeses I), “configurado” (mímeses II) e “reconfigurado” (mímeses III) – também considerados, respectivamente, o “mundo do autor”, o “mundo do texto” e o “mundo do leitor”. Ao alertar para esse movimento, o que Ricoeur (1994, p. 63) chama de narrativa é o “agenciamento dos fatos”.

É reconfortante, mas insuficiente, imaginar que uma pauta pode garantir um jornalismo afinado com as exigências contemporâneas se não tivermos como contrapartida uma narrativa aberta às contradições do percurso. Ou seja, para que o *agenciamento dos fatos* possa efetivamente ser notado, não basta a uma pauta recalcular enquadramentos e adotar uma postura reflexiva se a narrativa vier cometendo reducionismos, de um lado, deixando-se enredar por clichês, preconceitos e sensacionalismos; ou, de outro, emergindo aprisionada por relatos burocráticos.

03 A autora considera essa prática “reflexiva e situada” que toma a pauta como arma de combate um aspecto fundamental de uma concepção teórico-prática que ela denomina de jornalismo de subjetividade. Sob essa designação, Moraes nos ajuda a fundamentar alguns dos mais relevantes valores para o que estamos propondo entender como jornalismo de paradigma relacional.

Em um jornalismo de paradigma relacional, tudo aquilo que tem início com uma pauta que subverte o padrão deve ser validado na outra ponta por uma narrativa desobediente, que não apenas reporta. Sendo assim, sugerimos: se a pauta é a “coluna vertebral” do fazer jornalístico, como sugere Moraes, a narrativa é o corpo (Peres; Maia, 2023). Dito de outro modo, aquilo que se constrói narrativamente é o que dá vida à pauta por meio da escritura. É justamente a maneira como experimentamos a pauta por meio da narrativa que nos aproxima dos sujeitos que falam no e pelo texto.

Ao propor um fio invisível – e, ao mesmo tempo, sólido e elástico – entre pauta e narrativa, ressaltamos que o modo como uma pauta se configura em narrativa é determinante para avançarmos na discussão que propomos. Ou seja, a pauta contribui para o jornalismo de paradigma relacional quando ela própria se dilata no tempo e se materializa em uma narrativa com potencial considerável para rechaçar violências cristalizadas sobre pessoas, grupos e territórios historicamente marginalizados – uma narrativa que, assim como a pauta defendida por Moraes (2022), também “desorganiza invisibilidades”, “desierarquiza vozes”, “desestrutura discursos”.

Modos de ser/fazer jornalismo

A dinâmica do reconhecimento – reconhecer-se, ser reconhecido, reconhecer – é compromisso inescapável ao narrar jornalístico (Schwaab, 2021): a tensão inerente aos processos de comunicação, na cultura, são apelos à acolhida da multiplicidade, à coexistência da diversidade. A autorreflexão exigida dos narradores mostra que a experiência do reconhecimento é estruturante para narrar o que é humano. Sob essa perspectiva, e a partir da hipótese aqui levantada, acabamos por observar o jornalismo do qual falamos em manifestações moduladas por uma compreensão da dimensão relacional como força propulsora – dizeres atentos ao presente e às suas exigências, que buscam alcançar, mais organicamente, o centro das histórias narradas.

Hall (2011, p. 114) nos lembra que,

Neste momento pós-colonial, os movimentos transversais, inscritos desde sempre na história da colonização, mas cuidadosamente obliterados por formas mais binárias de narrativização, têm surgido de distintas formas para perturbar as relações estabelecidas de dominação e resistência inscritas em outras narrativas e formas de vida.

Sob tal argumento, talvez possamos olhar para essas manifestações jornalísticas como uma marca do nosso tempo. E sendo assim, nosso objetivo ao apresentar e discutir alguns exemplos é mostrar como certos experimentos narrativos configuram e são configurados no e pelo jornalismo de paradigma relacional. Assim, antes de serem exemplos que fogem à norma – uma vez que essas práticas podem ser localizadas inclusive no espaço que se convencionou chamar de “hegemônico” –, a intenção é apresentá-los como casos paradigmáticos, modos de ser/fazer jornalismo imbricados nas dinâmicas culturais e políticas dos dias atuais.

Em sua edição de agosto de 2022, a revista *piauí* publicou “A dependência” (ver sobre em Coelho, 2022), narrativa cuja pauta tinha o seu eixo nas histórias de mulheres e de seus filhos que lutaram para sair do quarto de empregada. Era a estreia, nas páginas da revista, do *projeto Querino*, que se propunha a narrar a história do Brasil sob uma ótica afrocentrada. Liderada pelo jornalista mineiro Tiago Rogero, com consultoria da historiadora Ynaê Lopes dos Santos e a participação de 42 profissionais – 28 deles, negros –, a série contou com nove reportagens, um site e um *podcast* com oito episódios.

Vera Leide e João Miguel, Arlete e Ana Paula, a mãe de Joyce – que não quis dizer o nome – e, ainda, Thawanna – pseudônimo escolhido pela entrevistada – passam a narrar suas vidas ao repórter. O jornalista acessa álbuns de fotografias, memórias, testemunhos e narra com os rastros e vestígios. A partir da relação entre repórter e fontes, vem à tona um cotidiano de desigualdade, exploração, abuso de um passado recente da história do Brasil, quando milhões de mulheres, sobretudo negras, viveram nos quartos de empregadas – cubículos que, na lembrança de João Miguel, ficamos sabendo pelo texto, “deviam ter 1,80 por 2 metros”.

Com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 478 aprovada em 2015, empregados domésticos passaram a ter os mesmos direitos que os demais trabalhadores urbanos e rurais “sob protestos de uma parte da classe média urbana, que achava que a nova situação iria tornar financeiramente inviável a contratação de empregadas”, lembra o texto. Também pela narrativa, sabemos que Thawanna nunca recebeu salário. Arlete nunca teve carteira assinada. A mãe de Joyce ganhava salário-mínimo, e Vera Leide, dois salários. Nenhuma delas jamais recebeu adicional noturno ou hora extra.

Mais do que encadear os fatos, o texto *toma partido*. A pauta está à disposição de um “agir”, como pretende Moraes (2022, p. 10), e a narrativa se coloca como um lugar de encontros (Resende, 2009). As marcas dessa relação estão por todo o texto, em inúmeras passagens: “Leide da Silva interrompe nossa conversa, se levanta e serve um café para mim e o filho. ‘Me desculpe trazer no copo’, diz ela, ‘é que tem dias em que estou irritada com a vida e para aliviar a tristeza eu jogo a louça no chão. E não sobrou mais nenhuma xícara”.

Se entendemos que o cotidiano marca uma “inserção sensível no mundo” (França, 1996) e instaura nossa “presença frente ao outro”, é exatamente ao arranhar o cotidiano pela singularidade dos eventos narrados que a narrativa faz emergir o coletivo para além de um testemunho objetivo, como uma forma de tangenciar o mundo do outro e habitá-lo conjuntamente.

Em maio de 2015, a *Agência Pública* publicou “São Gabriel e seus demônios” (Viana, 2015), quando uma repórter se desloca até o Alto Rio Negro, na região amazônica, em busca de entender por que o município mais indígena do Brasil é também o que tem o maior índice de suicídios. Essa pauta se desdobra em perguntas que ninguém havia feito, ainda que o assunto já tivesse vindo à tona por outros veículos; sonda-se, assim, o problema por outras perspectivas. Quando acessamos o percurso feito pela jornalista em relação com os entrevistados, não vemos a explicação de um fato, mas as muitas tensões entre distintos saberes, culturas, narrativas.

Natália Vianna, a jornalista, mulher branca não indígena, acessa um território que lhe é distinto. Mas ela não é o Outro, o indígena, nem finge ser. O que ela faz, a partir de um jornalismo de paradigma relacional, é construir um relato que narra uma aproximação com o Outro sem pretender apagar as diferenças entre os sujeitos do discurso e deixando à mostra, por meio de um “texto testemunhal” (Frosh, 2009), a complexidade das relações que se estabelecem no percurso.

Mas quem chega a São Gabriel e pergunta nas ruas, nos bares, nas igrejas vai ouvir que os suicídios são um problema do passado. Uma crise, um surto, pronto, passou, não se fala mais nisso. Faz tempo que o assunto não atrai *jornalistas forasteiros* rio acima, com seus gravadores e suas perguntas. É no passar vagaroso dos dias que os relatos começam a aparecer. E são muitos, em todo canto (Viana, 2015, [s.p.]).

Nesse jornalismo de *teor testemunhal* que engloba narrativas ligadas ao sofrimento e ao trauma e que carrega uma certa astúcia narrativa ao requisitar experiência e afetividade sem renunciar ao caráter informativo do relato, há uma experiência que se narra, levando o leitor a experimentar o acontecimento e crer no que lhe é narrado (Peres, 2017). Mesmo que o texto valorize elementos que escapam à técnica e digam respeito também ao que há de humano, ele não desconsidera os fundamentos e procedimentos de

um campo que tem na objetividade um de seus pilares – ainda que eles estejam postos a serviço da narrativa, e não o contrário. Estão lá: a apuração rigorosa, com checagem de dados e cruzamento de informações; entrevistas em profundidade com os personagens diretamente afetados, mas também com pesquisadores e autoridades no assunto, a voz do Estado, a do Pajé-Onça; fontes documentais; os registros oficiais e a falta deles, com a devida ressalva quando não foi possível acessá-los; os números e as estatísticas.

Mas, nesse deslocamento epistêmico proposto aqui, narrativas como esta nos lembram que, a despeito dos dualismos e das infinidades de conceitos e denominações, já existe lugar no jornalismo para uma prática que, sem prescindir da qualidade informativa do relato e dos fundamentos do campo, nos convida a habitar o mundo com o outro ou, pelo menos, a compartilhar um mundo comum – o que se dá na relação de proximidade entre o que é norma e o que é transgressão.

Do Brasil amazônico também emerge outra iniciativa que alimenta o diálogo aqui proposto. A plataforma de jornalismo *Sumaúma*, surgida em setembro de 2022, leva o nome de uma das maiores árvores da floresta amazônica. Suas reportagens, publicadas em português, inglês e espanhol, são editadas a partir de Altamira, no Médio Xingu (Pará), lugar que expressa a violência da destruição do bioma pela instalação forçada da usina hidroelétrica de Belo Monte, mas também a resistência às distintas facetas da destruição: do ecossistema, da cultura e de modos de vida. *Sumaúma* é um projeto mantido hoje pelas jornalistas Eliane Brum, Verônica Goyzueta, Talita Bedinelli e pelo jornalista Jonathan Watts.

Ao falar sobre a proposta, declaram: “Queremos contar histórias que moram aqui, na Amazônia, e contar histórias que acontecem em outras partes do planeta a partir da floresta e da perspectiva de seus vários povos”. E completam: “É a nossa colaboração no campo do jornalismo para responder com urgência ao tempo da urgência” (*Sumaúma...*, 2022, on-line). Do ponto de vista da emergência de uma narrativa que possa explicitar suas marcas, é interessante perceber o gesto de deslocamento proposto. Ao centralizar, a partir de um território, a dimensão socioambiental e os conflitos inerentes à exploração econômica da vida, defendem uma mudança no eixo global, trazendo ao centro outra referência. Na contramão dos que localizam Washington ou Pequim como centros de discussão de um mundo em *colapso* climático, *Sumaúma* argumenta por outro eixo: “Não são os *bunkers* do sistema financeiro, mas os enclaves de vida do qual dependem a nossa sobrevivência” – desenhando a Amazônia, ou o sentido que emerge desse *território*, como centro do mundo.

Em *Sumaúma*, vemos a dinâmica relacional do jornalismo estendida a outros aspectos. A série “Natureza no Planalto”, publicada em dezembro de 2022, antes da posse do então recém-eleito presidente da República, traz textos direcionados a Luiz Inácio Lula da Silva, com convites a pensar seu terceiro mandato presidencial. Eles entrelaçam mundos distintos dos que costumam caracterizar, em geral, o debate burocrático dos temas socioambientais. E dialogam com a necessidade de um outro vetor, que não unicamente o econômico, para a sobrevivência, ressaltando a complexidade que floresce da observação das dinâmicas culturais nos territórios.

Nas reportagens, crianças e jovens de Altamira são chamadas ao diálogo, assim como indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Mas, junto com esses distintos mundos, está também proposto um encontro incomum na narrativa jornalística, expresso pela reportagem “Lula, escute as pessoas não humanas”, em uma narrativa que se contrapõe aos desígnios da espécie humana como dominante, articulando a necessidade de ruptura com “a hegemonia do pensamento ocidental, que coloca o homem no centro, hierarquicamente

superior a todas as outras pessoas que habitam a casa-planeta”, fazendo com que todas as demais formas de vida sejam tratadas como inferiores, como produtos para suprir as necessidades humanas.⁴

Histórias célebres de gente anônima: este é o espírito do projeto *Trombadas*.⁵ Nasceu sem destino, intenções, interesses ou desejos, nada além de conhecer e ouvir as pessoas que encontro nas ruas. Então eu saio, vou lá, paro – é fundamental parar – e escuto. Depois, conto. No fim, é um mergulho. E um reencontro.

Esta é a explicação que aparece como epílogo de uma coluna publicada quinzenalmente na plataforma *Uol*, entre fevereiro de 2021 e agosto de 2023. O jornalista Christian Carvalho Cruz narra seus encontros com personagens da maior metrópole brasileira, São Paulo. Por meio de estratégias narrativas diversas, ele embaralha as fronteiras entre os gêneros do discurso. A linguagem da coluna também desorienta: ora estamos diante de um relato em forma de entrevista pingue-pongue (“As palavras bonitas de Fiiinho”), ora configurado como uma carta (“A carta de Ronaldinho”), ainda que na imensa maioria das vezes os relatos sejam escritos em primeira pessoa. Na estreia de *Trombadas*, em “A ‘minhamãe’ de Severino”, o leitor conhece Severino pelo que ele diz de si e que o jornalista faz contar em primeira pessoa. Isto é, o jornalista veste a pele do entrevistado – ele é o personagem –, sem que soe como ludibriando o leitor. No texto, ele não fala pelo Outro, mas com o Outro.

A coluna *Trombadas* subverte, em muitos sentidos, aquilo pelo que preza a cartilha do jornalismo hegemônico. Aqui, por exemplo, a dimensão do espetacular cede lugar àquilo que é corriqueiro, valorizando o que há de banal no extraordinário e que costuma ser esnobado pela imprensa. Também deixa de ser determinante uma certa ideia de apreensão da realidade de forma exata. Nas narrativas de *Trombadas*, por mais que pareça uma heresia para o campo, é a imaginação o componente que nos faz experimentar o efeito de algo que aconteceu a alguém, tornando possível uma aproximação entre mundos. Nelas, a imaginação é requisitada para que seja possível acessar a experiência, permitindo um paralelo com o acontecimento e tornando possível uma associação com aquele que o viveu.

Trombadas foi publicada em um portal de notícias de grande circulação, ainda que à coluna fosse reservado um espaço específico dentro da plataforma, numa aba intitulada *Tab Uol*, que traz o subtítulo: “Repórteres na Rua em busca da realidade”. O exemplo nos parece também emblemático para os propósitos deste artigo, ou seja, haver-se, na perspectiva da linguagem, com um narrar jornalístico em uma dimensão relacional.

Esses apontamentos e exemplos nos levam ao coração do debate aqui proposto, uma vez que nos colocam diante da resignificação de valores e de princípios do jornalismo diante dos problemas que atravessamos como sociedade. Ou seja, as questões da vida cotidiana, das distintas e infinitas vidas cotidianas, são questões do mundo – no mundo – prenes do caminho para o deslocamento que exige o narrar. São problemas também para o jornalismo, pois dizem das escolhas, das centralizações, das geopolíticas e das práticas culturais a serem efetivamente consideradas, atravessadas e chamadas ao ato de narrar, uma vez que dão a ver outras configurações que não apenas as tradicionalmente oferecidas. São gestos que debatem com e não

04 Série completa disponível em: <<https://sumauma.com/category/natureza-no-planalto>>. Acesso em: 5 ago. 2023. Esta forma de abordar e tratar narrativamente o mundo corrobora (e ativa) a problemática relativa ao chamado Antropoceno, dialogando diretamente, por exemplo, com Bruno Latour (2020). Em *Onde aterrar?*, o autor propõe um pensamento que contribua para a reorganização do que a lógica moderna produziu como centro do mundo. Ao por em relação a explosão das desigualdades sociais e o *colapso* ecológico no mundo contemporâneo, Latour atribui à noção de aterramento a mesma complexidade que vemos apresentada nesta narrativa de *Sumaúma*.

05 Série completa disponível em: <<https://tab.uol.com.br/colunas/trombadas>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

se subjugam a representações dominantes, mas escolhem falar desde lugares outros, reconhecendo neles potencial para recriação de modos de ser jornalismo a partir de construções cujo foco esteja, sempre, em conseguir ver e dar a ver um tempo inacabado, em processo – e, podemos dizer, em ebulição.

Considerações finais

“Atravessamos a América Latina para nos encontrarmos” é um dos lemas do *Dromómanos*,⁶ uma produtora de jornalismo latino-americano com base no México que, talvez hoje, junto com o *Sumaúma*, seja outro dos exemplos importantes para o que buscamos discutir neste texto. Trata-se de um coletivo que nasceu em 2011 e que trabalha temas como violência, política de drogas, democracia, crise climática, corrupção e migração. Voltados para o que entendem ser problemáticas específicas da América Latina, não deixam, contudo, de articular suas pautas com narrativas que sustentam uma problematização de caráter global, afirmando que “as fronteiras existem para serem cruzadas”. Esse jornalismo que, por meio das narrativas, também vemos acontecer de diferentes formas em veículos distintos, trata a linguagem de modo a complexificar os dados a partir dos quais são narrados os acontecimentos.

Há pouco, *Dromómanos* se juntou ao *Sumaúma* para, por meio de um projeto chamado *Colapso*, falar de problemas que afetam o território latino-americano: “O que ocorre quando a força da natureza se cruza com as misérias humanas?”⁷ Esta pergunta – uma pauta – é a chave para José Luis Prado apresentar o projeto. Ter uma indagação propulsora é recorrente em *Dromómanos*, e, neste caso, a pergunta parte de um território, das suas dinâmicas, das suas alterações e das implicações e consequências para os sujeitos e para a vida daquele lugar. Em “O governo do vento”,⁸ cujo foco é a crise climática, por exemplo, personagens não humanos são também protagonistas e aparecem entrelaçados com a interferência humana.

Ao seguir os rastros do vento por distintos territórios, o jornalista que assina o texto questiona: “Como uma *pequena gota* de água, nascida num ponto desolado do Oceano Atlântico e levada pelo vento para o Caribe, afeta uma comunidade indígena no Norte da Colômbia?”⁹ Ao final sabemos que a *pequena gota*, nascida em um oceano longínquo, acabou por encontrar outras, unindo-se ao furacão Julia até chegar ao solo colombiano, em outubro de 2022. O texto citado é um exemplo do valor interpretativo que o jornalismo pode abarcar, de sua capacidade de cotejar elementos não evidentes, num primeiro momento, exatamente como expressão de uma dimensão relacional que não desconecta causas, condições e consequências diante de problemáticas urgentes.

Há algo de muito relevante na estratégia de se ajuntarem e na produção jornalística desses dois veículos (plataformas? coletivos?) que ensina acerca das demandas que nos afetam a todos no âmbito do quadro histórico-cultural que hoje atravessamos. A qualidade narrativa, a distensão espaço-temporal e o propósito de pautar os acontecimentos a partir de uma diversidade de protagonistas, por exemplo, corroboram e, de algum modo, dão forma aos valores centrais que buscamos discutir como fundamentais para um jornalismo de paradigma relacional. É importante, claro, vê-los como modelos independentes de produção jornalística, mas, reiterando nossa hipótese, eles formam parte de um conjunto de narrativas que nos ajudam, nos dias atuais, a entender o jornalismo como prática histórico-cultural, já que não se ausentam da função que o jornalismo de hoje tem como desafio: interpelar o cotidiano e criar fricções a partir da linguagem, dando a ver os poderes que se entrelaçam nos fatos narrados a partir de uma perspectiva relacional.

06 Site disponível em: <<https://dromomanos.com>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

07 Série completa disponível em: <<https://sumauma.com/tag/dromomanos/>>. Acesso em: 9 ago. 2023.

08 No original: “El gobierno del viento”.

09 No original: “¿Cómo afecta una minúscula gota de agua nacida en un punto desolado del Océano Atlántico y llevada al Caribe por el viento a una comunidad indígena del norte de Colombia?”. Disponível em: <<https://colapso.dromomanos.com/el-gobierno-del-viento/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Dromómanos e *Sumaúma*, além de tudo, se articulam, de forma veemente, a partir de uma problemática territorial. No caso específico da América Latina, que tem o território como uma categoria da prática (Haesbaert, 2021), narrar a partir do chão que se pisa não é um dado qualquer, pois há aí um posicionamento político e cultural que se dá a partir daquilo que nos constitui. E, se tratando do fato de ser uma narrativa – a jornalística – calcada no presente e no cotidiano, este posicionamento se torna ainda mais contundente: ao partir do território, o jornalismo de paradigma relacional também se configura como uma prática situada. Em outras palavras, há um lugar – um território – que, na sua dimensão geográfica e cultural, afeta e interpela o próprio jornalismo.

Além disso, devemos também dizer, notamos a proeminência de um jornalismo que, no seu gesto narrativo, produz outras territorialidades, contribuindo, desse modo, para a reconfiguração do território que todos habitamos. Esta é a dinâmica da des-re-territorialização que Haesbaert (2023, p. 6) nos faz apreender quando define o território como “o espaço construído/construtor de relações de poder, tanto no sentido mais estritamente social (político-econômico e simbólico-afetivo) quanto no sentido da interação indissociável com as chamadas forças da natureza”. Corroborando o que pontualmente nos interessa, o jornalismo que observamos, enquanto prática histórico-cultural, nasce *a partir de e cria* outros atravessamentos geopolíticos, alcançando uma forte dimensão cultural – o que nos remete, outra vez, à reflexão sobre que valores movem o jornalismo nos dias atuais.

Desse modo, seja em um texto que *toma partido* ou em outro que tem o *teor testemunhal* como princípio, seja naquele em que o jornalista faz uso da primeira pessoa e reconfigura as fontes, abrindo-se para outros protagonismos, ou em um texto que pauta seu gesto narrativo a partir de um determinado território, o que vemos se destacar são valores como o interesse público, a construção e a manutenção da democracia que, nos dias atuais, se fazem prementes quando entendemos que é na experiência do diálogo – e, neste caso, no gesto enunciativo – que os fatos (e os acontecimentos) se produzem. Assim, perguntamos: o conjunto de narrativas aqui agrupadas nos faz pensar que estamos diante de um fenômeno meramente conjectural ou nos ajuda a considerar estarmos, nós, vislumbrando um processo de transformação naquilo que concebemos como sendo um fazer jornalístico tomado pelas demandas do nosso tempo?

Talvez não tenhamos ainda resposta para esta pergunta. Contudo, percebemos que as instâncias enunciativas marcadas e forjadas pelas dinâmicas culturais e pelas relações de poder também impulsionam a criação de distintos nomes que, neste caso, servem como proposições acerca do que pode ser o jornalismo. Aqui aventamos a ideia de que, também neste caso, o esforço de nomear venha, ele próprio, da pluralidade de que se constitui, no contemporâneo, o gesto jornalístico de narrar o tempo em curso. No âmbito do que nos interessa pensar, no entanto, são esses gestos que nos fazem notar interessantes movimentos que dão lugar a um fazer jornalístico afeito a um quadro histórico-cultural que nos aponta como desafio haver-se, além de tudo, com os jogos de poder e as dinâmicas das diferenças.

Referências

APPADURAI, A. **Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

COELHO, T. A dependência: as histórias de mulheres e seus filhos que lutaram para sair do quarto de empregada. **piauí**, São Paulo [on-line], ago. 2022. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-dependencia>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

D'ANDRÉA, C. F. B. **Rumo a uma plataformação do social**. Letras, ano XII, n. 53, [s.p.], jul. 2017.

_____. **Pesquisando plataformas online: conceitos e métodos**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FRANCA, V. Comunicação, sociabilidade e cotidiano: o fio de Ariadne, a palavra da rua. In: NETO, A. F.; PINTO, M. J. (Orgs.). **O indivíduo e as mídias**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 103-111.

_____. Impessoalidade da experiência e agenciamento dos sujeitos. In: LEAL, B. S.; GUIMARÃES, C.; MENDONÇA, C. (Orgs.). **Entre o sensível e o comunicacional**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 39-54.

FROSH, P. Telling Presences: Witnessing, Mass Media, and the Imagined Lives of Strangers. In: FROSH, P.; PINCHEVSKI, A. (Orgs.). **Media Witnessing**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 49-72.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; UFF, 2021.

_____. Território. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/61073>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

LATOUR, B. *Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MARCOS, M. L. **Princípio da relação e paradigma comunicacional**. Lisboa, Colibri, 2007.

MEDINA, C. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **Atravessagem**. São Paulo: Summus, 2014.

MORAES, F. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza**. Porto Alegre: Arquipelago, 2022.

PEREIRA JR., L. C. **A apuração da notícia:** métodos de investigação na imprensa. Petrópolis, Vozes, 2010.

PERES, A. C. **O que resta dos fatos:** testemunho e guinada afetiva no jornalismo. 182 f. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

_____.; MAIA, M. Jornalismo de teor testemunhal: contribuições para um diálogo possível entre a pauta e a narrativa. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 32., 2023. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023. p. 1-20.

RESENDE, F. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p. 31-43, p. 31-43, 2009.

_____. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, V.; CORREA, L. (Orgs.). **Mídia, instituições e valores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 153-166.

RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. v. 1. Campinas: Papirus, 1994.

_____. **O único e o singular**. São Paulo: UNESP, 2002.

SCHWAAB, R. Reportagem e reconhecimento: a alteridade como projeto. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 18, p. 9-21, 2021.

SUMÁUMA: JORNALISMO DO centro do mundo. **Sumáuma**, 13 set. 2022. Disponível em: <<https://sumauma.com/quem-somos>>. Acesso em: 5 ago. 2023

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The Platform Society:** Public Values in a Connective World. Oxford: Oxford University Press, 2018.

VIANA, N. São Gabriel e seus demônios. **Agência Pública**, on-line, 15 maio 2015. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/05/sao-gabriel-e-seus-demonios/>>. Acesso em: 5 ago. 2023.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Não se aplica.

Fontes de financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa 2 concedida ao professor Fernando Resende, coautor do texto.

Apresentação anterior

Uma versão anterior deste texto foi apresentada e debatida na Comunicação Coordenada “Jornalimos pra além do jornalismo” durante o 21º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, realizado em 2023, na Universidade de Brasília.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Não se aplica.

Informações para textos em coautoria

Concepção e desenho da pesquisa

Fernando Resende

Coleta de dados

Ana Cláudia Peres, Fernando Resende e Reges Schwaab

Análise e/ou interpretação dos dados

Ana Cláudia Peres, Fernando Resende e Reges Schwaab

Escrita e redação do artigo

Ana Cláudia Peres, Fernando Resende e Reges Schwaab

Revisão crítica do conteúdo intelectual

Ana Cláudia Peres, Fernando Resende e Reges Schwaab

Formatação e adequação do texto ao template da E-Compós

Reges Schwaab

Informações sobre cuidados éticos e integridade científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Sim, no caso do professor Fernando Resende, com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Não se aplica.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo:

Não se aplica.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Não.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Não se aplica.